



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

SIMONE PORFIRIO

**O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NAS ONG'S A
PARTIR DAS DEMANDAS, POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA
A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL**

FLORIANÓPOLIS
2016

SIMONE PORFIRIO

**O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NAS ONG'S A
PARTIR DAS DEMANDAS, POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA
A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito de avaliação
do curso de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC) para obtenção do título de
bacharel em Serviço Social.

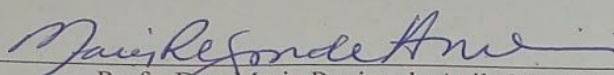
Professora orientadora: Dra. Maria
Regina de Ávila Moreira.

FLORIANÓPOLIS
2016

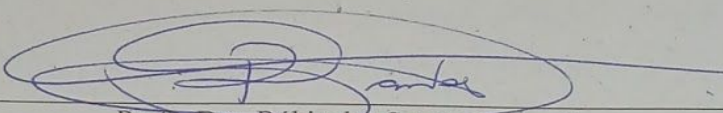
SIMONE PORFIRIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, de acordo com as normas do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

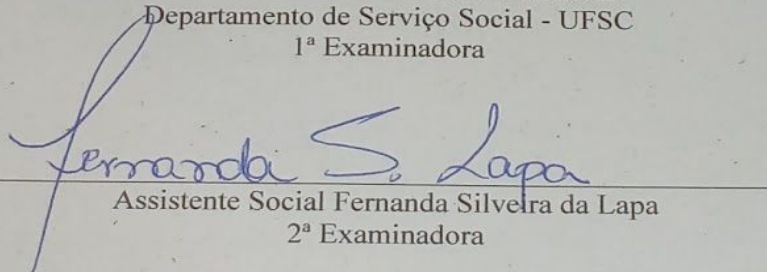
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria Regina de Avila Moreira
Departamento de Serviço Social - UFSC
Presidente



Profa. Dra. Rúbia dos Santos Ronzoni
Departamento de Serviço Social - UFSC
1ª Examinadora



Assistente Social Fernanda Silveira da Lapa
2ª Examinadora

FLORIANÓPOLIS
2016

Dedico este trabalho em especial com todo meu amor e carinho ao meu pai Soely José
Porfirio (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse e por tudo que me proporcionou e aos bons espíritos que me protegem e orientam.

Agradeço à minha família por todos os ensinamentos, apoio, solidariedade e cumplicidades demonstradas por todos esses anos, e aqui cito meu irmão Bruce Lee Porfírio em especial que tem sido durante minha vida o meu maior companheiro.

Agradeço aos/às meus/minhas amigos/as que contribuíram para a conclusão do meu trabalho com seus conselhos e suas experiências, bem como a compreensão pela minha ausência em alguns momentos, seria injusto aqui citar nomes correndo o risco de deixar algum de fora.

Agradeço aos amigos que fiz na faculdade, pelo convívio, pelas alegrias, pelo incentivo e pelos momentos de descontração.

Agradeço aqui em especial ao meu namorado Vinicius Horn de Jesus por toda dedicação, amor e companheirismo comigo durante esse processo, por não me deixar ficar triste ou desanimada, e ainda por me “emprestar” sua mãe, Eliane Horn minha sogra muito obrigada por ser esse ser tão iluminado, por ter sido tão amável e compreensiva neste momento. Agradeço também ao meu sogro e meus/minhas cunhados/as todo o carinho destinado a mim.

Agradeço à minha querida professora, supervisora acadêmica e orientadora deste TCC, por seus ensinamentos ao longo das aulas de supervisão de estágio, que foi a partir daí que a admiração se iniciou e que só aumentou durante as orientações, por seus conselhos e por suas contribuições para a melhoria deste trabalho. Obrigada por ter sido tão acolhedora, atenciosa, crítica, disposta e acima de tudo por ter estabelecido desde o início a ideia de parceria. Levarei sempre comigo com muito carinho, admiração e ainda como fonte de inspiração.

Agradeço aqui também ao meu campo de estágio que durante um ano me proporcionou grandes aprendizados e que foi a partir dessa vivência que nasceu esse trabalho, porém deixo aqui o meu muito obrigada em especial para minha supervisora Fernanda Lapa, por ter sido tão atenciosa, compreensiva e que contribuiu e muito ao meu desenvolvimento como estudante e futura assistente social.

Por fim, agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina, em especial ao Departamento de Serviço Social por proporcionar anos de aprendizado e a todos os professores que contribuíram para a minha formação profissional.

Os agradecimentos são sempre muito importantes, pois com eles demonstramos que não conseguimos construir caminhos sozinhos, e o quanto é necessário que estejamos juntos, seja lá como for.

*“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios.
Mais do que nunca é preciso ter coragem,
é preciso ter esperanças para enfrentar o presente.
É preciso resistir e sonhar”
(Marilda Vilela Iamamoto)*

RESUMO

O trabalho discute os desafios da atuação profissional em Serviço Social, privilegiando a falas dos/as profissionais. Observa-se que a tendência de um modo geral é achar que os profissionais que atuam no terceiro setor não possuem o viés de rompimento com o conservadorismo e com a caridade. Diante deste contexto, mostraremos as concepções e contradições comuns a esse campo de atuação. Trataremos das competências e atribuições do trabalho dos/as Assistentes Sociais no terceiro setor, trazendo à tona o enfrentamento à Questão Social, a partir das necessidades sociais, das demandas atendidas e como a instrumentalidade é utilizada. Do mesmo modo como outras profissões, o Serviço Social possui seus desafios profissionais, e um dos maiores desafios impostos ao Serviço Social na contemporaneidade se dá na capacidade de entender a realidade para apostar em propostas criativas, críticas e construtivas a fim de contribuir para a efetivação dos direitos. Para que esse debate ganhasse materialidade fizemos entrevistas com quatro assistentes sociais que atuam no Terceiro Setor na região da grande Florianópolis/SC, com roteiro pré-estruturado. O presente trabalho buscou evidenciar a importância da atuação profissional nesse campo de atuação, sendo que o mesmo é uma realidade. Concluímos ainda que é um espaço desafiador, mas também possível como meio de garantir o direito e suas necessidades relacionadas, bem como a aproximação e conhecimento das políticas públicas e ainda demonstrar que o fazer profissional tem sua importância seja no meio público ou privado, desde que tenha seu viés voltado para um novo projeto societário.

Palavras-chaves: Terceiro Setor. Políticas Sociais. Atuação profissional. Demandas. Desafios. Competências.

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS	Caixas de Aposentadoria e Pensões
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializada de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EAD	Educação à Distância
EUA	Estados Unidos da América
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
ONG'S	Organizações não-governamentais
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSE	Proteção Social Especial
PSB	Proteção Social Básica
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O TERCEIRO SETOR NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E AS REPERCUSSÕES AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL.....	17
2.1	Contextualização Sócio-Histórica do Terceiro Setor e das Políticas Sociais.....	17
2.2	O Serviço Social no Terceiro Setor.....	26
3	AS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: A INSTRUMENTALIDADE EM QUESTÃO.....	33
4	DESAFIOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E A CONDIÇÃO DE TRABALHO ASSALARIADO NO TERCEIRO SETOR.....	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	REFERÊNCIAS.....	56
	APÊNDICE A – Termo de consentimento e livre esclarecimento.....	59
	APÊNDICE B – Roteiro entrevista.....	60

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho relativo à disciplina de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) tem como tema central a importância da atuação dos profissionais de Serviço Social em instituições do Terceiro Setor especificamente ONG'S (Organizações não-governamentais). Esse questionamento surgiu assim que houve aproximação com o campo de estágio em uma ONG aqui em Florianópolis, há um ano atrás, onde realizei o estágio obrigatório 1 e 2.

O terceiro setor tem sua configuração a partir dos últimos vinte anos e tem um crescimento considerável em número de instituições. Em suas diferentes configurações tem contado com equipes multiprofissionais, onde o/a assistente social evidencia sua atuação através das políticas de Assistência Social regulamentadas pela LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social nº 8.742/93 e pelo SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

O entendimento do significado do terceiro setor assim como sua dimensão deve ser compreendido por meio da conjuntura econômica, política, e social no contexto contemporâneo. Quando se trata da atuação do/a assistente social nesse espaço, se evidencia aqui ações que possam transcender concepções assistencialistas por meio de uma perspectiva voltada para a emancipação, transformações efetivas na vida dos sujeitos com a intenção de garantir direitos previstos em lei, como segue:

[...] são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição..." (BRASIL, 1988).

Ao iniciar o estágio em uma organização do Terceiro Setor percebemos a necessidade de compreender e se aproximar do assunto no que diz respeito à atuação do Serviço Social em ONG'S. Ao longo do curso, se pode notar que há certo bloqueio referente à atuação nessa área, sempre quando se perguntou em sala possíveis campos

de atuação profissional, o terceiro setor não aparecia entre as áreas citadas, tampouco como uma última opção.

Este trabalho de pesquisa visa ampliar o conhecimento acerca da atuação do assistente social no terceiro setor, bem como sua importância na ocupação frente a esses espaços, vale citar:

Dessa forma, entendeu-se que é a partir da inserção do Serviço Social, nos marcos da expansão do capitalismo monopolista e em face das sequelas da “questão social” no Brasil, que a profissão adquire concretude histórica. É por meio desse eixo fundante que se desdobram as políticas sociais e os padrões de proteção social. (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 149).

Através desse estudo busca-se compreender: a instituição a princípio, para depois compreender a atuação do/a assistente social, bem como os instrumentos utilizados em sua atuação com o intuito de apontar a importância de ocupar esse espaço, e que sua atuação deve procurar ser pautada sempre no código de ética da profissão, e também com o projeto ético político em busca da garantia e defesa dos direitos das famílias assistidas com o intuito de promover sua autonomia e emancipação.

Para que a análise partisse da realidade concreta realizamos entrevistas com quatro Assistentes Sociais que atuam em diferentes ONG'S da região da Grande Florianópolis entre os dias 01/04/2016 a 16/04/2016. O contato com as mesmas foi feito por telefone e email, e sua busca foi realizada através de troca de informações com alguns colegas que faziam estágio nessas instituições, isso facilitou e muito o contato.

A pesquisa se desenvolveu a partir de um roteiro de perguntas pré-estruturado (APENDICE A). Foram realizadas gravações das falas, mediante Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento (TCLE) (APENDICE B), e posteriormente transcritas de forma clara, objetiva respeitando as colocações de cada uma das entrevistadas para que não prejudicasse a veracidade das falas e seu conteúdo. Para que possam ser citadas sem que suas identidades sejam reveladas, denominaremos cada uma delas por um nome de flor, serão: Rosa, Cravo, Lírio e Violeta. As falas estarão no corpo do texto em *italico*, seguido de sua denominação correspondente.

Para que possamos nos situar assim que aparecerem os depoimentos e compreendermos os locais em que cada assistente social entrevistada atua, achamos pertinente trazer aqui a área de atuação bem como as características principais das instituições em que os/as assistentes sociais foram entrevistadas:

- *Rosa*; atua em uma organização social, sem fins lucrativos e sem filiação política ou religiosa. Como a pobreza e a miséria são multidimensionais, a instituição trabalha de forma multidisciplinar e integrada em cinco áreas: saúde, moradia, cidadania, renda e educação. Portanto, atua no cerne da inclusão social promovendo o desenvolvimento humano. O trabalho se baseia no Plano de Ação Familiar (PAF), conjunto de ações com metas e prazos de execução. O PAF é elaborado, em parceria com a família, por uma equipe formada por assistentes sociais, nutricionistas, psicólogos, psiquiatras e advogados, entre outros. Cada família é atendida, individualmente, a partir das suas necessidades e potencialidades, durante um período de aproximadamente dois anos, para que possa adquirir autonomia e dignidade. As famílias chegam à instituição por meio de repasse da rede pública em sua grande maioria, já que o foco do atendimento são crianças com internações frequentes e doenças crônicas.

- *Cravo*; Atua em uma ONG que faz parte de uma rede de associações evangélicas, tem como intuito realizar e apoiar na grande Florianópolis ações na área social, da educação e da saúde, fundamentadas nos princípios cristãos por meio de alianças estratégicas e de maneira reconhecidamente qualificada, transparente e sustentável, visando à construção de uma sociedade equânime. A entidade mantém latente o resgate do sonho pelo qual foi fundada e consta de seus planos futuros o desafio da retomada da atuação na área da saúde cumprindo um dos objetivos que motivou sua fundação: Transformar pessoas e contextos de vida tendo em vista o Reino de Deus.

- *Lírio*; atua nas áreas assistencial, social, de garantia de direitos, cultural e esportiva. Não executa serviços ou políticas sociais que o Estado não dá conta, mas sim, busca “organizar um movimento da sociedade civil para implementar processos que apoiem o aumento da consciência dos direitos e o envolvimento na conquista de

políticas públicas que deem oportunidades aos setores mais vulneráveis”. Ao mesmo tempo, participa dos espaços de controle social e gestão das políticas, “para ampliar o acesso aos direitos e à participação efetiva da sociedade na gestão dessas políticas públicas”

- *Violeta*; atua em uma ONG, que surgiu com o intuito de apoiar e fortalecer os movimentos populares na luta pela construção de moradias para os sem tetos. Nesta época Florianópolis recebia levas de migrantes vindas do interior do estado, expulsas do campo pela política desenvolvimentista e de incremento da agroindústria dos grandes latifúndios, estas famílias de forma precária se instalaram nos morros e a margem da via expressa. Além do problema de moradia, as crianças encontravam dificuldades de se adaptarem as escolas e os pais se depararam com a insegurança de deixar seus filhos ao saírem para o trabalho. Hoje atende um total de 210 famílias. No período noturno esta aberto à comunidade com o Programa de Educação para Adultos: EJA – ensino fundamental (em parceria com a secretaria de educação do município); CEJA – ensino médio (com a secretaria de educação do estado); SEBRAE – com cursos e aperfeiçoamento profissional.

Acreditamos que por meio das falas dos profissionais inseridos nesse campo podemos compreender os sentidos que eles constroem, diariamente, na execução de sua atuação. Isso porque as palavras são carregadas de sentimentos e sentidos.

O intuito maior desse estudo, além de evidenciar a importância da atuação e ocupação desse espaço profissional, é mostrar a necessidade da ocupação dos/as assistentes sociais em espaços que o aproximem da população para que possa atuar com as demandas advindas da questão social, pautadas numa atuação planejada e qualificada, reafirmar seu papel na sociedade, bem como seu papel de trabalhador assalariado, assim como na construção de um novo projeto societário.

Ampliar o conhecimento e mostrar a importância do fazer profissional seja qual área for trazendo à tona a linha tênue que existe nesse campo entre a garantia de direitos e a caridade. Destacar o/a assistente social como profissional que possui o trabalho especializado para o enfrentamento das desigualdades sociais. Onde sua

atuação é de suma importância nesse espaço, como mecanismo de interação e aproximação na efetivação da busca pela garantia de direitos.

Para que isso seja compreendido este trabalho foi dividido em três capítulos onde as falas dos/as assistentes sociais estarão presentes nos mesmos fazendo a flexibilização com o texto. Primeiro capítulo - o Terceiro Setor no contexto das políticas sociais e as repercussões ao exercício profissional do/a assistente social; segundo capítulo - as competências e atribuições do trabalho do/a assistente social no terceiro setor: a instrumentalidade em questão; e terceiro capítulo - desafios frente ao exercício profissional e condição de trabalho assalariado no terceiro setor.

O primeiro capítulo irá tratar das Políticas Sociais e a relação do Estado com o Terceiro Setor, trazendo à tona as concepções e contradições tão comuns ao nosso campo de atuação. Neste capítulo foi trazido o contexto histórico do Terceiro Setor, das políticas sociais bem como do Serviço Social.

O terceiro setor é uma realidade e por isso não deve ser negado, da mesma forma como seus benefícios para a população. Deve ser visto de uma forma que não poderá ocupar o papel do Estado na execução e formulação de políticas sociais no enfrentamento da Questão Social brasileira, porém poderá contar com a atuação e contribuição do/a assistente social, para aproximação e efetivação das mesmas, pautado em um trabalho que deve ser contextualizado e de qualidade social.

O segundo capítulo traz as competências e atribuições do trabalho dos/as Assistentes Sociais no terceiro setor, frente ao enfrentamento da Questão Social, a partir das necessidades sociais, das demandas atendidas e como a instrumentalidade é utilizada.

A partir do momento em que se compreende a instrumentalidade como uma constituição do exercício profissional, dessa maneira se percebe a capacidade que possibilita o profissional transformar as condições objetivas de trabalho por meio de instrumentos e meios que resulte nos objetivos do trabalho.

O terceiro capítulo aborda os desafios impostos ao fazer profissional do/a assistente social, em especial por sua condição de trabalhador assalariado. O Serviço

Social assim como outras profissões possuem seus desafios, e um dos maiores desafios impostos ao Serviço Social na contemporaneidade se dá na capacidade em entender a realidade e a partir disso criar propostas criativas, críticas e construtivas a fim de contribuir para a efetivação dos direitos.

Nesse sentido os profissionais de Serviço Social inseridos sejam em qual campo for devem procurar quebrar com ações extremamente robotizadas e imediatistas, que são recorrentes a dinâmica do dia-a-dia, buscando compreender a relação do trabalho concreto com o trabalho abstrato, e a partir daí observar traçar melhores estratégias de atuação.

Por fim nas considerações finais se buscou realizar as conclusões que todo esse processo de estudo desencadeou, e também sugerir possíveis reflexões e acerca do Terceiro Setor e da atuação profissional.

2 O TERCEIRO SETOR NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E AS REPERCUSSÕES AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL

Este capítulo irá tratar das Políticas Sociais e a relação do Estado com o Terceiro Setor, trazendo à tona as concepções e contradições tão comuns ao nosso campo de atuação. Para entender e justificar a importância do debate do tema terá como elementos enriquecedores do debate relatos extraídos a partir de entrevistas realizadas com profissionais que atuam em ONG'S.

Esse debate se dá em busca de uma maior compreensão acerca da importância da atuação de profissionais do Serviço Social nessa área, bem como suas dificuldades, contradições e desafios. A partir das falas das profissionais, se buscou debater os elementos expostos e serão feitos apontamentos que se considerou relevantes para o fortalecimento da discussão do tema.

Ressalta-se que o pretendido não foi traçar um perfil que enquadrasse ou categorizasse a posição dos/as profissionais. Ao contrário, a perspectiva foi de compreender a importância da atuação nesse setor, bem como identificar especificidades e contradições desse campo de atuação e ainda evidenciar a importância da construção do pensamento crítico.

Para melhor compreensão acerca do “Terceiro Setor” é necessário se atentar as mudanças estruturais e de atuação das organizações que o compõem, respeitando suas particularidades e singularidades regionais, levando em conta que sua evolução não se deu de forma homogênea (ALBUQUERQUE, 2006).

2.1 Contextualização Sócio-Histórica do Terceiro Setor e das Políticas Sociais

A crise do capital mundial pós 1970, possibilitou a ascensão do projeto neoliberal. O capital teve a necessidade de se reestruturar tanto na esfera da produção passando do modelo fordista/taylorista¹ para o modelo toyotista ou de acumulação

¹ A estratégia de organização – taylorista/fordista do processo produtivo implica a produção em série e em massa para o consumo massivo, uma rígida divisão de tarefas entre os executores e planejadores, o trabalho parcelar e fragmentado e a constituição da figura do operário-massa. Essa base de organização do processo de trabalho demarca o padrão industrial do pós-guerra, complementando com políticas

flexível, quanto na reprodução social, com o intuito de manter os padrões de acumulação e manutenção de sua hegemonia. Houve uma reorganização por meio do capital nas relações e funções sociais para o Estado, o mercado e a sociedade civil. Nesse período destaca-se a defesa do Estado mínimo, com a desresponsabilização do Estado e a responsabilização da sociedade. O Estado passa a ter a função de garantir serviços mínimos para garantir a ordem e a legalidade por meio das forças armadas, do policiamento, dos poderes executivo, legislativo e judiciário, entre outros.

Essa reorganização separou em esferas: o Estado - dinheiro público e investimento público; o Mercado - composto por empresas privadas seu lucro para investimentos privados e a Sociedade Civil - ONG'S, fundações, movimentos sociais, associações, entre outros.

De acordo com Montaño (2007, p. 53):

Assim, o termo é constituído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (“primeiro setor”), o mercado (“segundo setor”) e a “sociedade civil (“terceiro setor”). Recorte este [...] claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistoriciza a realidade social. Como se o “político” pertencesse à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista.

A expressão “Terceiro Setor” tem sua origem nos EUA em um contexto de voluntariado e individualismo neoliberal, é a tradução da expressão “third setor”. É um conceito um tanto quanto fragilizado, pelo fato de ser estudado e analisado geralmente de forma dissociada dos demais setores, faltam fundamentação e rigor teórico, no que tange a linha tênue do que ele parece ser benevolência e caridade tendo em vista as antigas entidades sociais e o que realmente é fruto da expressão neoliberal hoje vista em ONG'S, estudaremos aqui esse conceito como uma das expressões da transformação do capital.

Mesmo sendo comumente usada de forma dissociada como dito anteriormente, iremos utilizá-la pelo fato de existirem concepções ainda mais equivocadas do mesmo, como por exemplo *nossprofit sector* ou *independent sector*, como explica Fernandes (2000, p. 25), é possível mostrar que há muita relação entre

anti-cíclicas levadas a efeito pelo Estado, impulsionadoras do crescimento econômico (IAMAMOTO, 2001, p. 115).

esses setores: “O Terceiro Setor é um conceito, uma expressão de linguagem entre outras. Existe, portanto, no âmbito do discurso e na medida em que as pessoas reconheçam o seu sentido num texto ou numa conversação.”

No Brasil o projeto neoliberal desencadeia mudanças estruturais, com a reforma administrativa, tem mudanças de natureza técnica e também política, na medida em que se demoniza o Estado, tratando-o como incapaz e ineficiente.

Aqui fica claro que essa ideia de demonização do Estado ainda se perpetua:

- *“A ONG’S vieram para “tapar” um buraco deixado pelo Estado, no caso da nossa instituição, alguns programas da prefeitura deixaram de atender a comunidade (programas de contra-turno e oficinas culturais), com isso essa demanda foi repassada para a instituição.” (Violeta)*

- *“Em minha opinião as organizações do Terceiro Setor exercem papel importantíssimo nas Políticas Sociais, conforme já mencionado, o Estado não está fazendo seu papel, não consegue atender às demandas dos usuários, assim o Terceiro Setor acaba suprindo estas demandas.” (Rosa)*

Assim como cita Behring (2008), esse período não é a Reforma e sim a Contrarreforma, onde repercute incisivamente na garantia do direito desses sujeitos conquistados na Constituição de 1988, através das políticas sociais, repassando para a sociedade civil e o mercado a função e a responsabilidade de implantar essas políticas. Peroni (2003) afirma ainda que “o Estado continua extremamente presente, e mais, como Estado máximo para o capital, cada vez mais, descentralizando as políticas sociais, com grande focalização e desmonte”, essa fala traz à tona a contradição do projeto neoliberal.

O Terceiro Setor vem cumprir um papel no projeto neoliberal com um caráter de responder às demandas/carências, que seriam de responsabilidade do Estado, no que diz respeito às políticas básicas, agindo de forma pontual e paliativa em seus atendimentos. Vale destacar ainda os critérios desses atendimentos, que por muitas vezes acabam sendo menos universais e mais relativos, retirando o sentido do direito, como se pode avaliar que;

As políticas sociais – já precárias, pouco cidadãs e universais -, com o agravamento das condições econômicas e do mercado de

trabalho, sofreram triplamente. Primeiro, pela redução de recursos que acompanhou os diversos ajustes fiscais e deteriorou qualitativamente e quantitativamente os serviços sociais básicos, sobretudo nas áreas com elevada participação de recursos da esfera federal, como a saúde. Segundo, pela redução do uso de políticas universalistas e pela generalização do uso de programas sociais extremamente focalizados, sem estratégia, assistencialista e clientelista na relação com o público-alvo. Terceiro, porque estas mudanças vieram, quase sempre, acompanhadas de propostas de reformas sociais explicitamente privatizantes, favorecidas pela falência organizada dos serviços públicos (MATTOSO, 2000, p. 37).

Essa apreensão é sustentada pela categoria profissional que atua nesse âmbito fica evidente nas seguintes falas:

- *“As ONG’S executam as políticas sociais que são de responsabilidades do Estado, atendendo a camada da população que não acessa aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.” (Cravo)*

- *“Não está para substituir o Estado e sim ser parceira, até por que já existe a inserção das ONG’S nas comunidades, facilitando assim a comunicação com a comunidade a ser trabalhada, seria uma espécie de ponte.” (Lírio)*

Nas falas que evidenciam a parceria entre o Estado e as ONG’S vale concordar com Montaño (2007), quando afirma que não existe parceria entre o Estado e Sociedade. Há apenas um repasse de responsabilidade, as verbas são repassadas as instituições, e essas instituições prestam serviços, não há uma fiscalização rigorosa, ou acompanhamento periódico nas mesmas, por meio do Estado. Sendo assim, fica claro que o Estado se exime das responsabilidades, a falsa visão de parceria dá espaço a desresponsabilização do Estado.

Cabe citar Iamamoto (2001, p.126) que evidencia nessa “parceria” um novo interesse, ao afirmar que atualmente presenciamos:

[...] um crescimento de parcerias do Estado com Organizações Não Governamentais, que atuam na formulação, gestão e avaliação de programas e projetos sociais em áreas como família, habitação, criança e adolescente, educação, violência, relações de gênero, etc. Trata-se de uma das formas de terceirização da prestação de serviços sociais, evitando a ampliação do quadro de funcionários públicos.

Entretanto, as necessidades básicas e emergenciais da população estão impostas diariamente, e mesmo que os profissionais sejam comprometidos com o projeto ético político da profissão ² e formação de um pensamento crítico acabam por prestar práticas assistenciais, porém sem deixar de procurar o garantia de direitos da população atendida.

- *“Não apenas executar, mas sim identificar-se como movimento social, de cobrança e luta por melhorias, controle social (cobrança financeira e de políticas públicas) por conhecer de forma mais profunda as demandas da sociedade.”(Lírio)*

- *“Suprir o papel que o Estado não cumpri, trabalhar em pontos críticos da sociedade, tem o papel de articulador e garantidor de direitos.”(Violeta)*

No mesmo modo que a sociedade não pode ser pensada de forma homogênea, o Terceiro Setor necessita ser compreendido a partir de sua heterogeneidade, sendo que nele encontramos sujeitos com visões e interesses diferenciados, assim como os objetivos sociais, é um campo de tensões e disputas de projetos tanto profissionais, como societários.

No Brasil a atuação ativa das entidades sem fins lucrativos no bojo da sociedade se dá no final do século XIX. Porém, o surgimento e a efetivação das ONG'S que conhecemos atualmente, ocorre nas décadas de 1960 e 1970 (período marcado pelos governos militares e restrições políticas-partidárias e de participação coletiva), sendo que o período de maior crescimento e visibilidade aconteceu nas décadas de 1980 e 1990.

Para que fique mais claro o contexto histórico do Terceiro Setor no Brasil, após a leitura dos documentos da AS/GESET RELATO SETORIAL (2001), podemos dividir em cinco períodos fundamentais:

1º período: compreende-se a época da colonização, período marcado pelas ações voltadas mais para a área de saúde e educação especialmente pela Igreja Católica, em instituições como asilos, orfanatos, Santas Casas de Misericórdia e colégios

² O projeto Ético Político Profissional do Serviço Social consolida-se nos debates da categoria nas décadas de 1980 e 1990, resultando na Lei de Regulamentação Profissional e Código de Ética (1993) e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). É resultado da apropriação da teoria crítica que se instaura desde o processo de reconceitualização do Serviço Social, com a tendência intenção de ruptura. Um dos maiores avanços foi o rompimento com a prática conservadora até então hegemônica na profissão.

católicos. Essas ações eram tidas como “voluntárias”, sempre permeadas pelos valores e caridade cristã, trazendo à tona a noção de filantropia, que inicialmente tem seus preceitos ligados à Igreja Católica. Uma das primeiras dessas instituições que se teve registro foi a Santa Casa de Misericórdia de Santos em 1543.

2º período: ocorre no governo de Getúlio Vargas, o Estado passa a formular e implementar políticas sociais, e conta com a “parceria” das ONG’S. O Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) é criado em 1938, com o intuito de estabelecer que as instituições que nele estiverem inscritas poderiam receber subsídios do governo. A Igreja tem ainda sua importância nesse período na prestação de serviços sociais, e até em alguns casos recebe financiamento do Estado para sua sustentabilidade.

3º período: tem como marco principal para a história do Terceiro Setor o período durante o regime militar (1964 - 1985), onde ocorre uma intensificação na mobilização da sociedade, com a união de diferentes segmentos: dos movimentos sociais, das organizações com caráter filantrópico e assistencial em conjunto com as organizações comunitárias com o intuito de evidenciar os problemas sociais, buscando e cobrando por meio de mobilização social melhorias, nesse momento surgem as ONG’S ligadas à contestação política.

4º período: Na passagem do término do período do regime militar, para a nova fase da consolidação democrática no país, onde é aprovada a nova Constituição (1988) por meio de uma ampla mobilização social, a atuação e o foco das ONG’S ganham novos vieses como a garantia de direitos e a cidadania, ocorrem à criação de sindicatos, esse momento também deve ser marcado pela pluralidade tanto de partidos como de movimentos sociais e também de ganhos de novos direitos.

5º período: na década de 1990, com o levante do pensamento neoliberal, o Estado transfere cada vez mais as demandas advindas da questão social ao Terceiro Setor, sendo assim, há uma ampliação tanto nas demandas como no aparecimento de novas ONG’S. A partir desse grande crescimento das ONG’S ocorreu a retirada de investimentos bem como a necessidade de regulação e novos critérios de criação e continuação das ONG’S. Esse período fica marcado pela entrada do setor privado representado pelas empresas nos programas e projetos sociais por meio das ONG’S.

Assim:

A Lei 9.790, de março de 1999, também conhecida como novo marco legal do terceiro setor, introduziu importantes alterações, dentre as quais destacam-se: os novos critérios de classificação das entidades sem fins lucrativos de caráter público, inclusive reconhecendo outras áreas de atuação social antes não contempladas legalmente; as novas possibilidades no sistema de articulação entre as instituições de direito privado e público; e, a possibilidade de remuneração dos dirigentes das instituições sem fins lucrativos (BNDES, 2001, p.10)

No Brasil as políticas sociais foram influenciadas pelas políticas econômicas internacionais, o estado de bem-estar social não ocorre de fato, o que houve foi um reflexo do sistema internacional, cabe lembrar que no *Welfare State* o Estado é o responsável pela proteção social de garantia de direito. "Diferente, pois, das políticas sociais dos países Capitalistas avançados, que nasceram livres da dependência econômica e do domínio colonialista, o sistema de bem-estar brasileiro sempre expressou as limitações decorrentes dessas injunções". (POTYARA, 2002, p.125).

Durante o regime autoritário as políticas sociais tiveram seu período de expansão, o Governo se valia das políticas sociais para passar um caráter humanista e assim ludibriar a população de suas intervenções. De acordo com Potyara (2002) para melhor entendimento das políticas sociais é possível dividir em cinco períodos históricos levando em conta a situação política, econômica e social:

- 1º período

A economia de agroexportação era à base da economia no Brasil nos anos 30, o mercado tinha como responsabilidade responder as carências individuais e tratava a questão social como algo de responsabilidade da polícia, o Estado se delimitava em suas ações a respeito das necessidades da população. Nesse período já vigorava a lei Eloi Chaves de 1923, que servia como seguro social aos trabalhadores das ferrovias, os mesmos faziam contribuições às Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPS), já no governo de Vargas são criados os Institutos de aposentadorias e pensões, passando a atender uma gama maior de trabalhadores.

- 2º período

Período do início da fase industrial, entre 1930 a 1964 marcado pela transição de vários governos, movimento populista e desenvolvimentista. Segundo Potyara (2002, p.129-133), as principais medidas de proteção social desse período foram:

Na década de 30: criação do ministério do trabalho, indústria e comércio, da carteira de trabalho (...).

Na década de 40: Getúlio Vargas institui o salário mínimo, reestruturação do ministério de educação e saúde (...).

Na década de 40: no governo de Dutra: Promulgação da Constituição Federal de 1946(defensora dos ideais liberais)(...).

Na década de 50: durante o Governo de Juscelino K.: destaque da retórica internacionalista (...), no rol desses interesses, a política social só tem serventia como investimento em capital humano (...).

Na década de 60 (até1964): com os Governos de Quadros e Goulart: estagnação econômica (...), e intensa mobilização das massas em torno de pleitos por reformas socioeconômicas.

São notáveis os ganhos obtidos pelos trabalhadores durante esse período citado acima, tendo na criação do Ministério do Trabalho, um grande avanço na garantia e defesa de direitos para os operários que tinham que enfrentar por inúmeras vezes condições precárias e subumanas de atuação. Fica evidente nesse contexto a atuação do Governo com a finalidade de manter o poder e o controle sobre a sociedade.

- 3º Período:

Esse período compreendesse de 1964 a 1985 do governo Castelo Branco até Figueiredo que tem seu fim em 1985. O Estado muda sua face de populista para tecnocrático militar, "as reformas institucionais que acompanharam essa modificação resultaram na reestruturação da máquina estatal, privilegiando o planejamento direto, a racionalização burocrática e a supremacia do saber técnico sobre a participação popular" Potyara (2002, p.135). Levando em conta o desenvolvimento do país, passa a ocorrer à valorização do capital estrangeiro e o conceito de política social. O governo buscou continuar os programas da política anterior nos primeiros anos (1964 a 1967), onde os interesses do mercado eram sempre levando em conta. Entre 1967 a 1974 a política social passou de acréscimo do capital e da economia e para um meio de acumulação.

Porém foi no período de 1974 a 1979 que ocorreram modificações consideráveis no país (Plano de metas de Juscelino Kubitschek). Momento marcado

pelos interesses do governo em grandes obras de desenvolvimento tendo o exemplo da Transamazônica, as necessidades das classes mais pobres não faziam parte dessas metas, qualquer tipo de mobilização social em busca de melhorias o Estado fazia uso de opressão.

Durante o governo Figueiredo em 1980 a 1985, ocorreram cortes nos gastos sociais, deixando de atender as questões sociais, levado pelo déficit deixado pelo governo anterior. Momento marcado pela mobilização social que pressionava o governo em busca da democracia e ainda queriam melhores condições das populações mais pobres. Esse posicionamento do governo desencadeou uma onda de desemprego e miséria no país.

- 4º período

O presidente José Sarney toma posse em 1985, com o lema tudo pelo social, como elucida Potyara (2002, p.150) "A estratégia adotada para perseguir esse objetivo social incluía desde medidas de cunho emergencial, especificamente as voltadas contra a fome, o desemprego e a pobreza (...)".

A marca desse período foi: a transição da democracia liberal, que são as grandes vitórias para a população brasileira, a Assistência Social passa pela primeira vez a ser um direito constitucional, alcançado em 1988, o Estado passa a possuir mais responsabilidades na formulação de políticas públicas que atendessem as necessidades básicas da população.

- 5º período

Com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS passa a ser definida como Política de Seguridade Social, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Previdência Social, com caráter de Política Social articulada a outras políticas do campo social.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, é instituído em 2005 com o intuito de ser descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.

Nesse momento o país passa por grandes mudanças na economia e na política, o Estado é tido como regulador, e deve conceder poucas vantagens para o social e muitas para o mercado. Vale lembrar que o neoliberalismo tem como característica básica a defensiva do Estado em não intervir na economia do país, e ainda levanta a ideia de privatização de serviços básicos.

De acordo com a LOAS e com o que PNAS ratifica, o Estado tem prioridade e dever em conduzir nas diferentes esferas do governo as Políticas de Assistência Social;

No entanto, somente o Estado dispõe de mecanismos fortemente estruturados para coordenar ações capazes de catalisar atores em torno de propostas abrangentes, que não percam de vista a universalização das políticas, combinada com a garantia de equidade. Esta prerrogativa está assegurada no art. 5o, inciso III, da LOAS.

A seguir serão apontados alguns conflitos e dificuldades encontrados pelos entrevistados em relação à comunicação com as políticas sociais, fica evidente que não tem como elaborar uma política social sem a participação do Estado.

- Com a rede pública existe uma parceria para acompanhar e direcionar os encaminhamentos, porém sabemos que o CRAS que atende a comunidade não dispõe de uma equipe completa para dar conta das demandas existentes no território. (Cravo)

- A comunicação é boa, várias demandas são repassadas como foi dito anteriormente pelo CRAS, CREAS e Conselho Tutelar. (Lírio)

- É bem falha pela própria estrutura em que se encontra na atual gestão. (Violeta)

- Conseguimos manter um bom relacionamento com a rede pública, visto que na grande maioria das vezes eles que nos procuram quase que “implorando” para atendermos suas demandas, pois como já mencionado, o Estado não consegue fazer seu papel. (Rosa)

Fica evidente a ausência da intersetorialidade que acaba por extrapolar a ação profissional, com essa falha de comunicação fica ainda mais difícil o se fazer

profissional. Porém não podemos esquecer o direcionamento do nosso projeto ético político que busca uma transformação social. Vale citar Andrade (2006, p.153), ao afirmar que:

Aqui converge também a discussão da apreensão da realidade enquanto atitude política, visando a não acomodação perante os desafios e não rotinização do trabalho, mantendo essa situação profissional centrada na posição ético-política de defesa da vida e da não manutenção da desigualdade inerente ao “status quo”.

Dentre essas falas, destaca-se a importância de o/a assistente social perceber essas transformações e que somente uma postura crítica e inovadora possibilitará a identificação respostas aos dilemas decorrentes ao sistema capitalista. É necessário pensar assim, que o Serviço Social está inserido nesse processo e que acaba por sofrer com a falta de recursos, baixos salários, desemprego, já que somos profissionais assalariados.

2.2 O Serviço Social no Terceiro Setor

Assim como o Terceiro Setor, o Serviço Social também nasceu no bojo da Igreja Católica, na década de 1930 com o processo de industrialização e urbanização iniciando-se no Brasil. O Serviço Social inicialmente atua como apaziguador das insatisfações da população, estando ao lado dos interesses da classe burguesa (burguesia industrial, igreja católica e oligarquias cafeeiras).

No Brasil o Serviço Social sofre influência das correntes norte-americanas entre 1940 e 1950, tendo como principal marca o tecnicismo, psicanálise, em conjunto com a base positivista e funcionalista/sistêmica, com ênfase na ideia de ajustamento e de apoio psicossocial. Esse momento marca o início das práticas de Organização e Desenvolvimento de Comunidade, e também do desenvolvimento das abordagens individuais e grupais. A profissão conta com a supervalorização da técnica, se desenvolve pelo “Serviço Social de Caso”, “Serviço Social de Grupo” e “Serviço Social de comunidade”, como uma metodologia tripartite.

O Serviço Social passa por um período de ruptura com o conservadorismo através da reatualização do tradicionalismo profissional ruptura com o conservadorismo que ocorre entre 1960 e 1970³.

Nesse momento o Serviço Social passa a se aproximar e incorpora como foco a classe trabalhadora, se aproxima das Ciências Sociais e ainda estreita relações com movimentos “de esquerda”, dando ênfase ao sindicalismo, ampliando a área de atuação profissional. A perspectiva técnica-burocrática passa a ser questionada, já que é tida como um instrumento usado para a dominação de classe, em favor da classe capitalista dominante.

Na década de 1980 o debate sobre a ética no Serviço Social ganha força, com o intuito de alcançar o rompimento com a neutralidade e com o conservadorismo, tanto nas práticas quanto nas bases filosóficas norteadoras. No que diz respeito à formação profissional a partir de 1982 com a revisão curricular o interesse é de transcender com o tradicionalismo teórico-metodológico e ético-político e com a metodologia tripartite (caso, grupo, comunidade), passa-se a compartilhar a ideia da técnica em conjunto com o político. O compromisso com a classe trabalhadora é assumido com mais afinco a partir da aprovação do Código de Ética em 1986, a consolidação do projeto ético-político a partir da democratização das entidades do conjunto CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) e CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) da categoria profissional. Como Iamamoto (2001, p. 120) bem cita:

A única forma de enfrentamento a esse crescente processo que ganha espaço e aceitação na sociedade é a análise crítica; cabe ao profissional de Serviço Social que se coloca como comprometido com a classe trabalhadora ser um questionador, buscar com argumentos e ações desvendar os reais motivos por trás da noção de responsabilidade social e as suas conseqüências para a população; colaborar, ainda, para um processo de desmistificação desse fenômeno, das contradições e desigualdades que a ideologia tenta ocultar para reproduzir o projeto dominante.

Na década de 1990 com a lógica neoliberal e suas causas como a flexibilização da economia e reestruturação do modo de trabalho, diminuição dos

³ Para aprofundar as tendências do processo de reconceituação do Serviço Social na América Latina e no Brasil, ver Netto (1996).

direitos sociais e desresponsabilização do Estado, o Serviço Social também sente tais repercussões e acaba ampliando os campos de atuação, incluindo os conselhos de direitos, assessorias, atuação no conjunto do chamado Terceiro Setor, entre outros.

Novos desafios surgem em meados de 2000, já que houve um aumento excessivo e desenfreado de cursos e vagas em Serviço Social e disseminação dos cursos tipo EAD (Educação à Distância) ⁴ momento marcado pela precarização no ensino. Tais iniciativas, aliadas ao processo de contrarreforma do Estado, repercutem numa perda de força na mobilização para projetos coletivos, inclusive nas entidades da categoria.

Por outro lado, avanços legais foram obtidos tais como ⁵:

- Lei 8.662, de 7 de junho de 1993 dispõe sobre a profissão de assistente social, com alteração introduzida pela Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010.
- Código de Ética do/a assistente social texto aprovado em 13/3/1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/1994, 293/1994, 333/1996 e 594/2011.
- Resolução CFESS 582, de 1/7/2010 Regulamenta a Consolidação das Resoluções do Conjunto CFESS-CRESS.

Fica evidente ao longo de sua história que o Serviço Social busca o fortalecimento do seu projeto ético-político, através da construção de um pensamento crítico, com o intuito do crescimento intelectual, na junção e fortalecimento dos/as assistentes sociais organizados como coletivo, por isso a importância da conversa e da união dos profissionais em busca da melhoria e do fortalecimento da classe, Chauí cita a importância de nos ouvirmos bem como os outros também e é muito feliz nessa fala:

[...] a linguagem tem a capacidade especial de nos fazer pensar enquanto falamos e ouvimos, nos fazer compreender nossos próprios pensamentos tanto quanto os dos outros que falamos conosco. Ela nos faz pensar e nos dá o que pensar porque se refere a significados, tanto os já conhecidos por nós, bem como os que não conhecíamos e que descobrimos por estarmos conversando (CHAUÍ, 2002, p. 149).

⁴ Para aprofundar tal debate ler Dhamer (2010)

⁵ Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/LEGISLACAO_E_RESOLUCOES_AS.pdf > acesso em 06/2016.

A partir desse recorte dos pontos que levam a inserção do Assistente Social no Terceiro Setor, destaca-se que as transformações nas Políticas Sociais, no Serviço Social e no Terceiro Setor são aspectos importantes a serem ressaltados, e que tais transformações, ainda que sob contradições e disputas, impulsionaram o crescimento da profissão.

Assim, acompanhar essas transformações não significa aceitar o que é pressionado pelo contexto, até porque seria abandonar princípios referentes ao projeto ético político da profissão, o censo crítico, a busca pelo projeto por uma nova ordem societária e o fortalecimento da autonomia e da estabilidade profissional.

Por isso, vale destacar essas falas;

- *“As ONG’S são instáveis, pois vivem de recursos incertos, alguns vindo do governo e com os atuais cortes fazem com que isso surja com frequência na atuação (demissão, atraso de salário), à respeito da autonomia da profissão por parte da instituição (sigilo profissional, pareceres, código de ética), possuo a autonomia necessária para o se fazer profissional, sem perder o viés crítico e atuante.”(Lírio)*

- *“Quanto à estabilidade é a mesma que se tem ao trabalhar no setor privado, a autonomia tem que ser galgada dia-a-dia, porém na instituição possuo e muito autonomia.”(Violeta)*

- *“Não há estabilidade, pois ficamos a mercê de pessoas muitas vezes pouco capacitadas para fazer a gestão da organização, isso acaba fazendo com que o emprego esteja muitas vezes ameaçado por algumas pessoas que não conseguem exercer profissionalmente seu cargo de gestor. A autonomia conseguimos ter a custa de muita discussão, pois nos impomos às interferências feitas pelo gestor, do contrário a atuação profissional ficaria prejudicada, porém tenho colegas que em outras organizações não conseguem ter essa autonomia.”(Rosa)*

- *“[...]o assistente social conquistou um espaço com garantias aos direitos profissionais, contando com total autonomia na resolução de questões que são direcionadas ao Serviço Social.”(Cravo)*

No que diz respeito à autonomia mostra-se que ela é adquirida em um processo de confiança, construída ao longo de sua experiência profissional no espaço da entidade, bem como seu posicionamento dentro da mesma, ou seja, se tem autonomia a partir de ações objetivas de trabalho.

Para uma análise mais crítica acerca da autonomia, temos a contribuição da autora Yamamoto (2009, p.353):

[...] é fundamental o respaldo coletivo da categoria para a definição de um perfil da profissão: valores que a orientam, competências teórico-metodológicas e operativas e prerrogativas legais necessárias à sua implementação, entre outras dimensões, que materializam um projeto profissional associado às forças sociais comprometidas com a democratização da vida em sociedade. Este respaldo político-profissional mostra-se, no cotidiano, como uma importante estratégia de alargamento da relativa autonomia do assistente social, contra a alienação do trabalho assalariado.

A estabilidade que é sempre almejada no setor público, nas organizações do Terceiro Setor não existe. De acordo com o relato das Assistentes Sociais é algo que preocupa. É recorrente aos mesmos moldes de um empregado em uma empresa privada, porém, em questão de autonomia, no Terceiro Setor essa dinâmica está mais presente.

Assim como Yamamoto (2001, p.96):

A exigência de analisar o exercício profissional no âmbito de processos e relações de trabalho impõe-se em função da condição de trabalhador “livre”, proprietário de sua força de trabalho qualificada, que envolve uma relação de compra e venda dessa mercadoria. É, portanto, a condição de trabalhador assalariado, como forma social atribuída pelo trabalho, que revela a insuficiência da interpretação corrente de prática profissional, tal qual como interiormente referida, para explicar o exercício profissional no conjunto de seus elementos constitutivos. Aquela interpretação supõe que a atividade do assistente social depende, fundamentalmente, do profissional, como se ele dispusesse da autonomia necessária para acioná-la e direcioná-la conforme suas próprias e exclusivas exigências, o que se choca com a condição do assalariamento.

O entendimento do significado do terceiro setor, assim como sua dimensão deve ser compreendido por meio da conjuntura econômica, política, e social em seu contexto contemporâneo, havendo inúmeros desafios a serem enfrentados:

- *“O maior desafio das ONG’S neste momento é procurar estratégias para ser autossustentável, já que com a nova lei do Marco Regulatório nem todas as instituições serão beneficiadas.” (Cravo)*
- *“Falta de autonomia financeira, sustentabilidade, mobilização e cobrança constante. Manter o trabalho de forma continuada.” (Lírio)*
- *“Quebrar a visão de que somos apenas assistencialistas, buscar reconhecimento, confronto constante com brigas políticas, traçar objetivos comuns com a sociedade e o Estado, buscar estabilidade financeira e auto-suficiência.”(Violeta)*
- *“Em virtude das diversas ONGs que surgem todos os dias no País, acredito que um dos desafios é se fazer acreditar, ou seja, hoje muitas pessoas não acreditam em uma ONG séria e comprometida com seu público Alvo, visto que existe muita desonestidade neste meio. Outro desafio é conseguir sua sustentabilidade, pois é difícil manter uma Instituição sem os devidos recursos. A Instituição na qual trabalho é um exemplo disto, pois após sete anos sólidos de exercício, com reconhecimento amplo está fechando as portas por falta de recursos.”(Rosa)*

O terceiro setor está aí e é uma realidade e não deve ser negado, assim como seus benefícios para a população. Esse tema deve ser abordado de uma forma que fique evidente que o mesmo não poderá ocupar o papel do Estado na execução e formulação de políticas sociais no enfrentamento da Questão Social brasileira, contando assim com a atuação e contribuição do Assistente Social que deve e pode ser um trabalho contextualizado e de qualidade social, como a fala a seguir evidencia:

- *“Bom... há muita discussão acerca do Papel do Terceiro Setor e principalmente sobre o papel do assistente social nestes espaços. Como assistente social, sempre tive muito claro a importância das Organizações não Governamentais. Sabemos que o/a assistente social deveria atuar no Estado atuando no embate capital –trabalho, atuando na defesa dos direitos de seus usuários, porém também é de nosso conhecimento que não há tanto espaço para o profissional, faltam vagas, assim o/a assistente*

social acaba recorrendo ao Terceiro Setor. E penso que o papel deste profissional no terceiro setor é importantíssimo uma vez que as ONGs são uma realidade no País e no mundo, não dá para usar uma ideologia e fazer de conta que elas não existem, e ainda cumprem muito melhor o papel que o Estado deveria fazer. Se as ONGs são uma realidade e se todos os dias milhões de usuários e até mesmo a própria rede recorre a elas, porque o Assistente Social deveria perder seu campo de trabalho neste espaço? Porque deixar a população a mercê de Voluntários que “acham que são Assistentes Sociais”? Pessoas que com certeza possuem boa vontade, mas não conhecimento técnico e que, com um julgamento de valor podem colocar tudo a perder... como fica o Usuário que necessita de um encaminhamento a que tem direito e deixa de ser atendido, pois a pessoa que o atendeu não possuía conhecimento sobre tal serviço, direito ou demanda? Acredito sim que o Terceiro Setor é muito importante já que o Estado não faz seu papel e o Assistente Social indispensável neste espaço. Precisamos repensar o Assistente Social no Terceiro Setor, para não perdermos campo de trabalho para outros Profissionais que acabam por invadir ainda que indevidamente nossos espaços.(Rosa)

Nos últimos vinte anos, inúmeras foram às mudanças sejam elas nos planos social, político, econômico ou legal, que determinaram mudanças nessas instituições e, como essas transformações sempre ocorrem e ocorrerão, tais instituições estarão sempre em mudança constituindo um contínuo processo de construção. Por isso, é fundamental a atuação comprometida com um novo projeto societário, participativa na mobilização, se tornando parte dessa construção, de forma crítica, construtiva, criativa, equilibrada e cuidadosa de forma a compreender sua contribuição neste espaço.

Veremos então no próximo capítulo as competências e atribuições do trabalho do/a assistente social no Terceiro Setor, relacionando a instrumentalidade e as necessidades das demandas atendidas.

3 AS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: A INSTRUMENTALIDADE EM QUESTÃO

Este capítulo trata das competências e atribuições do trabalho dos/as assistentes sociais no terceiro setor, trazendo à tona o enfrentamento à Questão Social, a partir das necessidades sociais, das demandas atendidas e como a instrumentalidade é utilizada. Assim como no capítulo anterior, será protagonista o uso das falas das entrevistas realizadas. Cabe destacar Iamamoto (2001, p.19) quando afirma que “Pensar o serviço social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifra-lo e participar da sua recriação”.

A profissão de assistente social, bem como outras profissões, como já sinalizado anteriormente surgiu para dar respostas às necessidades sociais, através de seu conhecimento, em detrimento das disputas entre as classes antagônicas regidas pelo capital e nas diferentes formas em que o Estado responde às diferentes conjunturas da Questão Social que se produz e reproduz no processo de acumulação capitalista, por meio de políticas sociais, e são nesses campos das políticas sociais, que se legitimam os espaços sócio-ocupacionais dos/as assistentes sociais.

Na formação do Assistente Social, como um dos requisitos fundamentais, a sua capacitação deve ser voltada para o acúmulo teórico-metodológico e ético-político⁶

⁶ Dimensões ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, fazem parte do cotidiano profissional do assistente social e compreendem-se em: ético-político - seu posicionamento político sempre voltado para a elaboração de um projeto de uma nova ordem societária primando a emancipação dos sujeitos e a igualdade de classes, posicionamento frente a realidade, distanciamento com a neutralidade e conhecimento do Código de ética da profissão. Foi no Movimento de Reconceituação que foram dados os primeiros passos na construção de um debate consistente sobre a dimensão ídeo-política

e para que haja o exercício e organização de atividades técnicas-operativas de maneira crítica e criativa, a partir de uma perspectiva de totalidade. Isso significa compreender a movimentação histórica da sociedade brasileira, tendo o capitalismo estruturalmente determinado, com o intuito de responder de forma profissional à Questão Social.

Entender a Questão Social, assim, faz-se necessário, por se tratar da matéria principal de atuação profissional, bem com um objeto de formulação metodológica, teórica e política da profissão, de acordo com Yamamoto (2001, p.27):

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Cabem aqui as falas que dizem respeito às características e necessidades das demandas atendidas:

- *“Com relação às necessidades das famílias quando são realizadas as matrículas ou acompanhamento familiar são solicitadas com frequência cestas básicas e encaminhamentos para o mercado de trabalho. Para atender as demandas orientamos a família que se direcione a Secretária de Assistência Social para realizar agendamento e disponibilização do benefício de cesta básica, quando possível realizamos doações. Para encaminhamento ao mercado de trabalho realizamos junto ao candidato criação de currículos e continuidade no atendimento ao usuário para identificar possíveis vagas.” (Cravo)*
- *“Jovem das áreas periféricas da grande Fpolis, dificuldades de aprendizagem, dificuldades no uso de algumas ferramentas no trabalho ou na capacitação do mesmo, problemas pessoais e conflitos familiares,*

da profissão; teórico-metodológico - quebra com o senso comum e ações para além das aparências, respeito às particularidades e especificidades das demandas e seus usuários, embasada em uma visão teórica e pautadas em conhecimentos específicos, em busca de formas efetivas de transformação da realidade; e a técnico-operativo - tem como objetivo o conhecimento e a apropriação do conjunto de habilidades técnicas para o atendimento da população seja em âmbitos diferentes (Estado, empresas privadas, ONG'S, entre outros), mecanismos necessários para garantia e defesa de direitos.

dificuldades financeira da família, desmotivação para os estudos, o ideal seria se tivesse uma equipe multidisciplinar com uma psicóloga, porém não existe e isso fica a cargo do Serviço Social mesmo. Há uma grande lista de espera para a entrada de outros jovens atendem 60 e possuem uma demanda reprimida de mais ou menos 300 jovens, priorizam jovens encaminhados pelos CRAS, Conselho Tutelar (pois já estão em vulnerabilidade social).” (Lírio)

- “Falta de diálogo com a direção escolar, problemas intra familiares, violência e negligência de cuidados, desemprego entre outros” (Violeta)

- “Encaminhamentos à Benefícios Sociais, tais como Programa Bolsa Família, BPC, Passe Livre, encaminhamentos à Serviços de Saúde, tais como Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia, Consultas Médicas e encaminhamentos Jurídicos diversos.”(Rosa)

O contexto de mudanças e explorações impressas durante décadas na sociedade capitalista faz com que a Questão Social possua inúmeras facetas e agravamentos. Um assustador aumento no desemprego e no subemprego leva à luta por sobrevivência seja no campo ou na cidade. São situações que dificultam a vida de quem precisa do trabalho para sobreviver. Compreender as necessidades sociais e as especificidades das demandas atendidas faz-se necessário para uma melhor atuação.

Necessidades sociais entendem-se pelas necessidades básicas da classe trabalhadora derivada das desigualdades impostas pelo capitalismo. Dessas necessidades sociais surge a Questão Social gerada pelas contradições do modo de produção capitalista, encontradas na relação de interesses conflitantes e antagônicos entre capital e trabalho, que determina a formação das demandas atendidas pelo Serviço Social. Essas novas vão originar políticas sociais de intervenção como estratégias governamentais para responder aos conflitos relativos entre capital e trabalho no seio das relações sociais.

O que deve ser levado em conta aqui é que mesmo que as demandas venham e necessitam de uma resposta imediata por meio do atendimento, não cabe à atuação profissional ficar restrita a isso, pois, mantendo-se de forma imediatista não

pensando na totalidade e nas especificidades da demanda, a ação profissional perde seu viés emancipatório e crítico passando a ter finalidades limitadas a óticas mercadológicas.

De acordo com Ronconi (2003, p. 210):

O assistente social, a partir da compreensão do contexto em que estas organizações estão inseridas e da consciência de suas competências dentro desse espaço de intervenção, poderá efetivar uma prática de gestão social guiada pelo projeto ético-político da profissão.

No que diz respeito ao projeto ético-político do Serviço Social, ele tem sua consolidação nas duas últimas décadas, e, para tanto, tiveram reformulações nas legislações. Um marco muito importante para a categoria aconteceu em março de 1993 com a Resolução CFESS nº 273, que instituiu o novo Código de Ética Profissional do Assistente Social, onde temos:

- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, por meio do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Como foi visto no capítulo anterior, o Terceiro Setor vem com uma nova “ferramenta” para responder a Questão Social, onde a desreponsabilização do Estado contribui para desencadear desconfigurações nas políticas sociais e nessa mesma conjuntura ocorrem mudanças na trajetória do Serviço Social e novidades em seu campo sócio-ocupacional.

Costa (2005, p. 5) elucida as principais características comuns das instituições do terceiro setor:

- Atuam em uma diversidade e variedade de questões que afetam a sociedade na área da assistência social, da saúde, do meio ambiente, da cultura, educação, lazer, esporte, etc.;
- Nas áreas da assistência social, educação e saúde, geralmente, prestam atendimento a pessoas e famílias que estão à margem do processo produtivo ou fora do mercado de trabalho;
- Trabalham na defesa e garantia dos direitos dessa população;
- São de caráter privado, mas desenvolvem um trabalho de interesse público;
- Não têm finalidade de lucro no sentido mercantil da palavra;
- Não são estatais, embora mantenham vínculos com o poder público,
- Contam com o trabalho de um corpo de voluntariado.

Costa (2005, p. 7), também relaciona algumas atribuições e competências do assistente social, contidos na Lei de regulamentação profissional 8662/93, só que visando à atuação no terceiro setor:

- Implantar, no âmbito institucional, a Política de Assistência Social, conforme as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS /93) e Sistema Único da Assistência Social (SUAS /04), de acordo com a área e o segmento atendido pela instituição;
- Subsidiar e auxiliar a administração da instituição na elaboração, execução e avaliação do Plano Gestor Institucional, tendo como referência o processo do planejamento estratégico para organizações do terceiro setor;

- Desenvolver pesquisas junto aos usuários da instituição, definindo o perfil social desta população, obtendo dados para a implantação de projetos sociais, interdisciplinares;
- Identificar, continuamente, necessidades individuais e coletivas, apresentadas pelos segmentos que integram a instituição, na perspectiva do atendimento social e da garantia de seus direitos, implantando e administrando benefícios sociais;
- Realizar seleção sócio-econômica, quando for o caso, de usuários para as vagas disponíveis, a partir de critérios pré-estabelecidos, sem perder de vista o atendimento integral e de qualidade social; e nem o direito de acesso universal ao atendimento;
- Estender o atendimento social às famílias dos usuários da instituição, com projetos específicos e formulados a partir de diagnósticos preliminares;
- Intensificar a relação instituição / família, objetivando uma ação integrada de parceria na busca de soluções dos problemas que se apresentarem;
- Fornecer orientação social e fazer encaminhamentos da população usuária aos recursos da comunidade, integrando e utilizando-se da rede de serviços sócio-assistenciais;
- Participar, coordenar e assessorar estudos e discussões de casos com a equipe técnica, relacionados à política de atendimento institucional e nos assuntos concernentes à política de Assistência Social;
- Realizar perícia, laudos e pareceres técnicos relacionados à matéria específica da Assistência Social, no âmbito da instituição, quando solicitado.

Tendo em vista as características dessas organizações somadas às atribuições dos Assistentes Sociais nas mesmas, é muito válido destacar esse campo de atuação como um importante espaço para se fazer presente e atuante, pois nelas cabem ações que somente o/a assistente social pode cumprir. A partir disso entendemos a integralidade dos usuários, percebemos que há a necessidade da interdisciplinaridade.

Longe de querer parecer um pensamento romantizado e fantasioso, esse campo de atuação possui sim contradições e desafios, tanto que veremos isso no próximo capítulo.

Assim, é fundamental que os/as assistentes sociais na implementação do SUAS/LOAS, como é o caso das ONG's desse trabalho, tenham clareza das funções e possibilidades das políticas sociais que integram a Seguridade Social, de modo a não atribuir à Assistência Social a intenção e o objetivo único de responder a todas as situações de exclusão, vulnerabilidade, desigualdade social. Essas são situações que devem ser enfrentadas pelo conjunto das políticas públicas, a começar pela política econômica, que deve se comprometer com a geração de emprego e renda e distribuição da riqueza.

Para o estabelecimento da Seguridade Social em um sentido mais amplo de proteção social, tem se que entender o que é proteção social, e quais seus níveis hierárquicos (básica e especial) com o intuito de articular seus serviços e benefícios às políticas sociais. Assim a Seguridade Social é integrada e articulada à Assistência Social e as demais políticas conforme previsto na PNAS/SUAS. Porém, a Assistência Social não deve ser compreendida como uma política somente de proteção social, mas sim uma articulação com outros benefícios e serviços dos direitos contidos nas demais políticas sociais.

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (PNAS, p.27/28)

A indicação do SUAS é de que as ações socioassistenciais de proteção social básica serão realizadas, prioritariamente no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange a um total de até 1.000 famílias/ano. Executa

serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócio-assistenciais locais da política de assistência social (PNAS, p. 29).

Na PNAS, a Proteção Social Especial refere-se a serviços mais especializados, destinados a pessoas em situações de risco pessoal ou social, de caráter mais complexo, e se diferenciaria da proteção social básica por “se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos” (PNAS, p. 31).

Na Proteção Social Especial - PSE existem a de média e de alta complexidade:

- Proteção Social Especial de média complexidade: são considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, acompanhamento sistemático e monitorado (PNAS, p.32)

- Proteção Social Especial de alta complexidade: são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário (PNAS, p.32).

Na PSE estão inseridos os Centros de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS, os serviços ofertados nos CREAS devem ser desenvolvidos de modo articulado com a rede de serviços da assistência social, órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas. - Presta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos com seus direitos violados por ocorrência de: - Negligência e abandono; - Ameaças e maus tratos; - Violações Físicas e psíquicas - Discriminações Sociais.

Vale aqui trazer a parte em que são relatados os encaminhamentos realizados e o contato com a rede socioassistencial, pelas Assistentes Sociais entrevistadas nas instituições em que atuam:

- *“Após a realização da matrícula no projeto, identificamos as demandas a serem trabalhadas junto à família. De acordo com a demanda são realizados encaminhamentos a rede como: Posto de saúde, CRAS, Conselho Tutelar entre outros”. (Cravo)*
- *“São encaminhados para o Rito de passagem inicialmente (relatório inicial com identificação da família através de visita domiciliar) e após isso o encaminhamento para o Jovem Aprendiz. Assim que identificados são feitos encaminhamentos que competem ao Assistente Social, como para programas e projetos sociais, bem como para a rede, através de estudo de caso e visita domiciliares.”(Lírio)*
- *“Acolhida e escuta isso no momento da efetivação da matrícula, a partir da conversa se notado algum tipo de outras necessidades são feitos os encaminhamentos para a rede conforme especificidades.”(Violeta)*
- *“Atuamos na garantia de Direitos das crianças e adolescentes através de auxílio à Moradia Digna, acesso à saúde, garantia de cidadania, educação e renda, por meio de profissionalização para as famílias das crianças atendidas, com o objetivo de promover melhor qualidade de vida, diminuindo assim o número de reinternações e a mortalidade infantil, de acordo com a nossa missão. Assim, quando a família chega ao programa é realizado o Plano de Ação Familiar e inicialmente identificados os primeiros encaminhamentos, ou os mais básicos e ao longo do tempo que ficam na Instituição (Aproximadamente dois anos), são feitos outros encaminhamentos que surgem no decorrer do período. Ao longo do período de dois anos são identificados diversos encaminhamentos, dessa forma o Assistente Social identifica a demanda e encaminha a família para o local adequado, sempre através de contato com a Rede Socioassistencial do Município.”(Rosa)*

Observou-se que o Assistente Social em seu processo de intervenção utiliza-se de vários instrumentos e técnicas de trabalhos, entre os quais destacamos: encaminhamentos, visitas domiciliares, entrevistas, perícias sociais, relatórios sociais, entre outros. Os instrumentais compõem a prática profissional do Assistente Social em seu campo de atuação, as metodologias, instrumentos e as técnicas de intervenção utilizadas pelos Assistentes Sociais.

De acordo com Guerra (1999, p.198):

[...] a instrumentalidade, pela qual o Serviço Social consolida a sua natureza e explicita-se enquanto um ramo de especialização, ao mesmo tempo em que articula as dimensões instrumental, técnica, ético-política, pedagógica, intelectual da profissão, possibilita não apenas que as teorias macroestruturais sejam remetidas à análise dos fenômenos, processos e práticas sociais mas, sobretudo, objetivar essa compreensão por meios de ações competentes técnica, intelectual e politicamente. Os diversos níveis de constituição da realidade, as mediações que se estabelecem no real, presentes nas condições sob as quais o Serviço Social afirma sua instrumentalidade, são os determinantes do seu grau de apreensão.

Primeiramente para entender a instrumentalidade do Serviço Social, é necessário diferenciar instrumentos de instrumentalidade, sendo assim:

[...] no exercício profissional refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica), mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construído e reconstruído no processo sócio-histórico (GUERRA, 2007, p.1).

De acordo com Guerra, a perspectiva da instrumentalidade se dá pela maneira de ser que aponta o se fazer profissional, que se dá nas relações sociais que ocorrem no seio das ⁷condições objetivas e subjetivas, onde se desenvolvem no exercício profissional, e assim que alcançado os objetivos em que o se fazer profissional se constitui como “[...] condição concreta de reconhecimento social da profissão” (GUERRA, 2007, p.2).

⁷ Guerra (2007, p.1,2) diz que: Condições objetivas são aquelas relativas à produção material da sociedade, são condições postas na realidade material. Por exemplo: a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção, a conjuntura, os objetos e os campos de intervenção, os espaços sócio-ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho. Condições subjetivas são as relativas aos sujeitos, às suas escolhas, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico e teórico-metodológico, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos utilizados, dentre outras.

Dentro deste contexto é interessante destacar aqui as falas que trazem os instrumentais, bem como a instrumentalidade usada pelas entrevistadas:

- *“Os instrumentos utilizados são entrevistas, relatórios e visita domiciliar.” (Cravo)*
- *“Relatório de atendimento quando a empresa solicita é feito e encaminhado à mesma, e quando são referentes ao rito de passagem ficam arquivados na instituição. Parecer para o juiz quando solicitado e necessário, visitas domiciliares (porém poucas). O Serviço Social está passando por uma reestruturação e com isso sofrerá uma nova organização e dinâmica. Possui sala específica para o Serviço Social.”(Lírio)*
- *“Relatório, visita domiciliar, ofício aos órgãos competentes, basicamente registro e relatório tudo é registrado e arquivado”. (Violeta)*
- *“Atendimento Mensal, conversas informais, Prontuários dos usuários, Reunião, observação, entrevistas, fichas de Avaliação Inicial, encaminhamentos, registros, acompanhamento dos encaminhamentos, relatórios e visitas domiciliares.”(Rosa)*

No modo em que se compreende a instrumentalidade como uma constituição do exercício profissional, é dessa maneira que se percebe a capacidade que possibilita o profissional transformar as condições objetivas de trabalho por meio de instrumentos e meios que resulte nos objetivos do trabalho. Essa compreensão presume sua dupla apreensão enquanto “condição necessária do trabalho social” (GUERRA, 2007, p.2) bem como “categoria constitutiva” (idem) do exercício profissional, sendo assim, o modo como ele se apresenta.

[...] o Serviço Social possui modos particulares de plasmar suas racionalidades que conforma um “modo de operar”, o qual não se realiza sem instrumentos técnicos, políticos e teóricos, tampouco sem uma direção finalística e pressupostos éticos, que incorporam o projeto profissional. (GUERRA, p.203,1999)

Os instrumentos se transformam a partir da mudança da coisa natural para coisas úteis, que para Guerra se configura em um processo teleológico, tendo a necessidade de, pois existe a necessidade de “conhecimento correto das propriedades do objeto” (GUERRA, 2007, p.4). No que diz respeito à organização das relações sociais,

durante a atuação profissional se desenvolve a capacidade em se relacionar como um todo, com outros indivíduos assim como o processo de reprodução social, por meio das “mediações de complexos sociais.” (GUERRA, 2007, p.4)

A partir da análise tanto das falas como da literatura utilizada pode se chegar à visão de que para se manter em um viés crítico, interventivo e ligado ao Código de ética da Profissão, bem como com o projeto ético-político, o profissional de Serviço Social, deve apurar o uso da instrumentalidade, para que além das demandas concretas e impostas pela ordem societária vigente, possa também encontrar outras perspectivas para dar resposta em prol da mudança na sociedade do capital, em busca de um novo projeto societário.

A importância dos/as assistentes sociais nas instituições do Terceiro Setor mostrou-se até aqui plena, sua ação na institucionalização das políticas públicas bem como na luta por garantia de direitos sociais e consolidação do projeto ético-político, são de suma importância para a legitimação teórica, ética e técnica da profissão. O que foi trazido até aqui evidencia isso, e ainda trazem à tona os desafios do exercício profissional e a necessidade de aprofundarmos nossa condição de trabalho assalariado que veremos no próximo capítulo.

4 DESAFIOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E A CONDIÇÃO DE TRABALHO ASSALARIADO NO TERCEIRO SETOR

Neste capítulo veremos os desafios impostos ao fazer profissional do/a assistente social, em especial por sua condição de trabalhador assalariado. O Serviço Social assim como outras profissões possuem desafios, e um dos maiores na contemporaneidade se dá na capacidade em entender a realidade e a partir disso criar propostas criativas, críticas e construtivas a fim de contribuir para a efetivação dos direitos.

Durante a pesquisa, ao serem questionadas sobre os desafios da atuação profissional nesses espaços os/as assistentes sociais apontaram: a falta de recursos, a grande demanda de atendimentos, falta de entendimento dos gestores no trato da questão social, falta de articulação com a rede, falta de políticas básicas nos bairros, entre outras:

- *“Falta de Recurso, precarização do trabalho, número de profissionais insuficientes, gestão de voluntários (que com muita boa vontade, mas sem conhecimento acabam interferindo nas ações técnicas) e ainda lidar com a vaidade de investidores.” (Rosa)*

- *“Responder a uma grande demanda, e ainda bater metas, quebrar com o quantitativo em detrimento ao qualitativo, área de conflito (tráfico de drogas bem enraizado), violência policial, falta de políticas básicas no bairro. Articulação com a rede falta de investimentos (investimento com a Assistência sempre deficitário causando diminuição de pessoal na organização do Estado).” (Violeta)*

- *“Sem dúvida o maior desafio é saber lidar com essas diversas demandas citadas acima. As crianças na sua totalidade apresentam um perfil muito agressivo e para quebrar essa barreira é necessário ir além do atendimento cotidiano, utilizando estratégias para o fortalecimento de vínculos. Conhecemos a realidade delas, porém o profissional reconhece que muitas*

vezes a criança está “gritando” por socorro seja através da agressividade, desrespeito ou enfrentamento é nesse momento que eles precisam de uma atenção diferenciada. Sentimos que não temos essa disponibilidade quando precisamos dar conta de todas as crianças.” (Cravo)

Ao analisar as falas observou-se que foram apontadas aqui as limitações das instituições do que propriamente os desafios da profissão, e misturaram atuação e serviços. Porém, mesmo assim as falas acima devem ser destacadas, pois trazem a perspectiva do trabalho do/a assistente social em seu cotidiano desafiador, e enxergar-se como trabalhador assalariado e também compreender sua matéria de trabalho, bem como suas atividades, diferentes espaços, impulsionam-no interna e socialmente no exercício da profissão.

A compreensão dos espaços sócio-ocupacionais dos/as assistentes sociais não deve ser entendido de forma limitada, levando-se em consideração as mais diferentes formas de enfrentamento da crise da acumulação capitalista, que desencadeiam as expressões da Questão Social, bem como, as respostas dadas em conjunto com a classe trabalhadora no seu posicionamento frente à defesa, garantia e luta por direitos já conquistados historicamente.

Com as constantes mudanças das políticas sociais advindas da relação Estado x capital x sociedade civil, o/a assistente social tem pela frente obstáculos em razão dessas mudanças, de acordo com Iamamoto (2001, p.113), “Implicam radicais mudanças na divisão social e técnica do trabalho, afetando além das políticas sociais, as políticas de emprego e salário e o mercado de trabalho. Atingem, assim, de forma particular o Serviço Social, como uma das especializações do trabalho na sociedade”.

Desse modo, como vimos no primeiro capítulo a reestruturação do capital, desencadeou mudanças no que diz respeito ao trato com a Questão Social, a precariedade e mercantilização das necessidades sociais que passaram a ser responsabilidade do mercado e também do Terceiro Setor originou um novo espaço sócio-ocupacional para o assistente social.

Conforme apontado por Ronconi e Wieczinsky (2010, p. 6):

É neste viés que o Assistente Social deve inserir-se. O terceiro setor para o Assistente Social é um espaço profissional que deve ser ocupado com criatividade e competência técnica, teórica e política. Estes são os pressupostos que devem reger a ação profissional nestas instituições. Devem não apenas ser um executor de programas ou projetos, mas um planejador e proponente de políticas públicas que possam vir ao encontro dos interesses da maioria da população.

Ronconi e Wieczinsky (2010, p. 7), continuam:

As entidades do terceiro setor através do Assistente Social devem assim, desenvolver ações que promovam a democracia, a liberdade e a participação da sociedade. Devem desenvolver um tipo de gestão que resgate as demandas universalistas, no sentido de cobrar do Estado o desenvolvimento de políticas públicas, fiscalizar essas políticas e denunciar as irregularidades no desenvolvimento dessas políticas. Este sim é o pleno exercício da cidadania.

O Serviço Social carrega contradições, por estar inserido na implementação das condições necessárias para o processo de reprodução em seu conjunto, juntamente à divisão social e técnica do trabalho, ligado ao controle do Estado e do capital, controle necessário para manter o domínio de classes. Possui a atribuição por meio de qualificação e competências, com objetivo de dar respostas e estratégias para que haja possibilidades de enfrentamento no que diz respeito ao avanço do projeto neoliberal.

De acordo com Iamamoto (2008, p.217/218):

[...] o assistente social, ao ingressar no mercado de trabalho - condição para que se possa exercer a sua profissão como trabalhador assalariado - vende sua a sua força de trabalho: uma mercadoria que tem valor de troca expresso no salário. O dinheiro que ele recebe expressa a equivalência do valor de sua força de trabalho com todas as outras mercadorias necessárias à sua sobrevivência material e espiritual, que podem ser adquiridas no mercado até o limite quantitativo de seu equivalente - o salário ou proventos -, que corresponde a um trabalho complexo que requer formação universitária. É por meio dessa relação mercantil que se dá a objetivação do valor de uso dessa força de trabalho, expresso no trabalho concreto exercido pelo assistente social, dotado de uma qualidade determinada, fruto de sua especialização no concerto da divisão do trabalho.

Sendo assim, ao analisar a relação de compra e venda da força de trabalho, ou seja, o/a assistente social como trabalhador assalariado, observa-se que a mesma não deve ser desconsiderada apenas pelo seu viés qualitativo por meio de uma dimensão criativa e útil. Para que haja a efetivação dessa relação, ocorre a mercantilização da

força de trabalho, que leva ao assalariamento e logo a subordinação, trazendo à tona condicionalidades a respeito da autonomia profissional e efetivação do projeto ético político, direcionando para a doutrinação do trabalho abstrato e de certa forma para a alienação.

O trabalho do/a assistente social possui duas dimensões, sendo que compreendê-las é de suma importância para dar direcionamento à atuação. O trabalho concreto (valor de uso) é definido pelos valores socialmente úteis da profissão. Ou seja, pelos aspectos que legitimam a importância da profissão na sociedade. Já o trabalho abstrato (valor da troca), caracteriza-se pela forma de inserção do/a profissional no mercado de trabalho. Ou seja, a forma assalariada como somos contratados e todas as consequências que advêm desse processo.

Diante do exposto, é fundamental que a avaliação sobre as práticas do Serviço Social sejam identificadas de forma articulada entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, que é influenciado pelas circunstâncias impostas pelo capital, e que assim como outras profissões sobrevivem pela venda da sua força de trabalho, resultando no salário, jornada, formas de contratação (CLT, concurso público)

Entender o trabalho concreto como fundamental ao ser social nos faz desvendar a função social da profissão. Sendo assim essa função mesmo que não diretamente influencie na sua intervenção profissional, porém em sua ação política e no debate referente às suas condições de trabalho e seu senso de coletividade enquanto classe, devem ser considerado.

A direção social de sua atuação se dá conforme a autonomia relativa que se tem nas instituições em que atua. De acordo com os/as assistentes sociais que fizeram parte da pesquisa, ao serem questionados sobre a autonomia, todas confirmaram possuir de forma relativa de acordo com o capítulo 1, como trago novamente a seguir:

- [...] à respeito da autonomia da profissão por parte da instituição (sigilo profissional, pareceres, código de ética), possuo a autonomia necessária para o se fazer profissional, sem perder o viés crítico e atuante.(Lírio)

- [...] a autonomia tem que ser galgada dia-a-dia, porém na instituição possui e muito autonomia. (Violeta)

- [...] a autonomia conseguimos ter a custa de muita discussão, pois nos impomos às interferências feitas pelo gestor, do contrário a atuação profissional ficaria prejudicada, porém tenho colegas que em outras organizações não conseguem ter essa autonomia. (Rosa)

- [...] o/a assistente social conquistou um espaço com garantias aos direitos profissionais, contando com total autonomia na resolução de questões que são direcionadas ao Serviço Social.

As falas citam a autonomia como uma importante característica para a efetivação das ações, inclusive como o posicionamento do profissional frente às instituições, bem como em relação aos outros profissionais que atuam no espaço sócio ocupacional. Apontam ainda que essa autonomia não é conquistada de forma simples, ou dada de forma natural ou voluntária, é conquistada pelo estabelecimento de um posicionamento crítico, ético e político do profissional.

Para que cheguem a essa autonomia cabe citar Iamamoto (2008, p.220):

A efetivação dessa autonomia é dependente da correlação de forças econômicas, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais, que envolvem relações com sujeitos sociais determinados: a instituição estatal (poder Executivo e Ministério Público, Judiciário e Legislativo); as empresas capitalistas; as organizações político-sindicais; as organizações privadas não lucrativas e as instâncias públicas de controle democrático (Conselhos de Políticas de Direito, conferências, fóruns e ouvidorias), que sofrem profundas metamorfoses sociais em tempo de capital fetiche.

Sendo assim, para a defesa de sua autonomia relativa o assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais em que está inserido, além de sua qualificação profissional especializada conta também o Projeto Ético-político do Serviço Social, se expressa em três dimensões: os instrumentos normativos da profissão – Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação, Diretrizes Curriculares, bem como nas várias legislações vigentes relativas ao Serviço Social, de forma crítica, segundo Guerra (2007, p.15)

[...] enriquecimento da instrumentalidade do exercício profissional resulta num profissional que, sem prejuízo da sua instrumentalidade no atendimento das demandas possa antecipá-las, que habilitado no manejo do instrumental técnico saiba colocá-lo no seu devido lugar (qual seja, no interior do projeto profissional) e, ainda, que reconhecendo a dimensão política da profissão, inspirado pela razão dialética, invista na construção de alternativas que sejam instrumentais à superação da ordem social do capital.

Após esses apontamentos pode se chegar à conclusão de que por mais alinhado ao projeto ético-político que o/a assistente social esteja, há a necessidade de enxergar suas verdadeiras possibilidades, pois a sua efetivação não se dá de forma imediata, não podemos cair na ideia que a transformação se dá apenas pelo conhecimento, princípios, objetivos e estratégias, como um passe de magia, - Pensou, mudou!

Nosso espaço profissional exige, além de todos esses recursos de cunho teórico e crítico, um olhar mais atento à realidade que nos está posta diariamente, considerando a estrutura, a autonomia, a carga horária elevada, a precarização da coisa pública, entre outras.

Esse trecho da fala de uma das entrevistadas evidencia essa importância de nos enxergamos nos locais em que ocupamos ou iremos ocupar:

[...] o lado executor não pode ser mais usado do que o mobilizador e planejador. (Lírio)

Nesse sentido, os profissionais de Serviço Social inseridos sejam em qual campo for, devem, como afirma Baptista (2000, p.1) usar o planejamento das suas ações, pois “o planejamento é a ferramenta para pensar e agir dentro de uma sistemática analítica própria, estudando situações, prevendo seus limites e suas possibilidades, propondo-se objetivos, definindo-se estratégias”

Sendo assim, finalizamos o debate com a certeza de que foi muito importante trazer isso à tona, pois durante a academia de certa forma, por não estarmos inseridos na realidade da profissão, cria-se a ideia meio que deturpada da profissão inserida no terceiro setor. Fica a impressão de que os profissionais não são capacitados, ou que não

possuem senso crítico e a partir dessa pesquisa pode-se observar que há sim profissionais combativos e críticos, em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Temos sim que nos inserir nesses espaços, até porque já são reconhecidos pela população e, portanto, tem proximidade com a classe trabalhadora e suas demandas. Assim, toda ou qualquer forma de ferramenta que faça com que haja essa aproximação deve ser usada, para a transformação da realidade, e que em questão de desafios ou autonomia possuem situações iguais ou parecidas com os profissionais inseridos nos órgãos públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O escopo central deste Trabalho de Conclusão de Curso foi analisar a partir das falas dos/as assistentes sociais que trabalham no Terceiro Setor, como são os desafios, o dia-a-dia, limitações, entre outros. A partir desses elementos, procurou-se evidenciar a participação dos/as profissionais nesse espaço com as especificidades que caracterizam a atuação no Terceiro Setor.

Ao realizar a pesquisa nos deparamos com diferentes instituições, ainda que fazendo parte do Terceiro Setor, muitos pontos diferentes tais como: organizações, vieses de atuação, realidades, estruturas, entre outros, bem como visões profissionais diferentes como vimos ao longo deste trabalho. Porém, acreditamos que toda e qualquer diferença deve ser respeitada e analisada de maneira crítica sem desqualificar ou desvalidar as mesmas.

Desse modo, para que essa realidade fosse apreendida, realizou-se um levantamento sócio histórico do Terceiro Setor, das políticas sociais bem como do Serviço Social, com o intuito de dar um respaldo teórico para o tema pesquisado, e ainda compreender as mudanças sócio-históricas que ocorreram ao longo dos últimos anos.

Um dos grandes desafios que ocorreu durante a elaboração deste trabalho foi, elencar e trabalhar com as falas juntamente com a contextualização histórica das Políticas Sociais, Terceiro Setor e Serviço Social, bem como com o aporte teórico utilizado. Buscou-se valorizar as falas, os posicionamentos, com o intuito de dar maior visibilidade e representatividade nesse debate.

Durante as edições dos depoimentos, foram selecionadas as falas que representassem o objeto de estudo, qual sejam as particularidades do trabalho do/a assistente social no contexto do terceiro setor e os desafios decorrentes dessa inserção.

Voltando nossos olhos agora um pouco mais para as consequências que essa pesquisa nos trouxe, cabe ressaltar aqui que durante a movimentação das falas

juntamente como todo o referencial teórico utilizado, ficou evidente a importância de o/a assistente social perceber as transformações que ocorrem a sua volta e que independente da área de atuação (privada, Terceiro Setor e Pública), somente uma postura crítica e inovadora possibilitará a identificação de respostas aos dilemas decorrentes ao sistema capitalista e que essa visão lhes dará força e aporte intelectual para saber lidar com as dificuldades e desafios impostos.

Contudo, perceber essas transformações nada tem a ver com aceitá-las, o que veio a tona é a necessidade de o/a profissional de Serviço Social, ficar atento aos conceitos de trabalho concreto e abstrato e trazer esses conceitos para além do conhecimento teórico, e ainda compreender-se como trabalhador assalariado.

Compreender o trabalho concreto como o que legitima a profissão, seria compreender e validar sua utilidade dentro da sociedade, em contrapartida com o trabalho abstrato que seriam as condições (contratos, ética, autonomia, condições de trabalho) que nos são dadas, será de suma importância para a criação de melhores estratégias frente a busca por um projeto de uma nova ordem societária e o fortalecimento da autonomia profissional.

Sendo assim, fica aqui colocado como reflexão, para que novos debates sejam realizados, sejam eles nos diferentes espaços, sejam nas instituições de ensino, nos coletivos representantes da profissão, no dia-a-dia profissional, pois a maioria das análises realizadas são pautadas no trabalho concreto, deixando muito aquém as particularidades do trabalho abstrato.

Um dos pontos principais desta pesquisa, portanto, é que o Terceiro Setor não deve ser negado, e que a atuação nesses espaços pelos/as assistentes sociais são importantes e que sua contribuição deve e pode ser por meio de um trabalho contextualizado e de qualidade social buscando benefícios para a população, por meio de garantia e aproximação dos direitos sociais. No entanto, evidencia-se aqui que o Terceiro Setor não poderá ocupar o papel do Estado na execução e formulação de políticas sociais no enfrentamento da Questão Social brasileira, ainda que parte das ONG's possam significar meio de acesso e fortalecimento de lutas e conquistas desses direitos.

Outro ponto que deve ser levado em conta é que na questão da autonomia ou valorização em relação com o tão sonhado cargo público, muito se tem em voga, pois em ambos os espaços o/a assistente social encontrara um espaço de embate, e que sua autonomia ao fazer profissional não será dada de forma fácil, será conquistada a partir de seu posicionamento frente às instituições, sendo que como trabalhador assalariado também possui suas limitações.

A partir das características dessas organizações vistas até aqui em conjunto com as atribuições dos Assistentes Sociais nas mesmas, destaca-se esse campo como um importante espaço para se fazer presente e atuante, pois nelas cabem ações que somente o/a assistente social pode desempenhar.

A importância dos/as assistentes sociais nas instituições do Terceiro Setor mostrou-se muito válida e acima de tudo muito desafiadora seja pelas inúmeras limitações vistas até aqui ou até mesmo pela pouca valorização como ação profissional, seja por parte da sociedade, dos empregadores, no meio acadêmico ou até mesmo dos companheiros de profissão, sua ação na institucionalização das políticas públicas bem como na luta por garantia de direitos sociais e consolidação do projeto ético-político, são de suma importância para a legitimação teórica, ética e técnica da profissão.

Por fim, os estudos para a elaboração deste TCC e o exercício em realizar e elaborar as entrevistas, foram de suma importância para refletir sobre o trabalho do/a assistente social no Terceiro Setor. Deixaram muitos questionamentos de como formular e executar essas ações, de como propor diálogos e articulações entre as políticas sociais com o objetivo de garantir tanto a melhoria do fazer profissional como, melhoria para as demandas a serem atendidas.

Esse debate não acaba aqui, contudo, gostaria de deixar em aberto a reflexão: *Ter pensamento crítico nada tem a ver com criticar tudo!*

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. ano 17, n. 50, 1996, p. 143-171. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000143&pid=S0101-6628201400040000200001&lng=en> Acesso em junho de 2016.

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.

ANDRADE, Renato Almeida de. **O enfrentamento da questão social e o terceiro setor: o serviço social e suas condições de trabalho nas ONGs**. Vila Velha: Univila, 2006.

Área de desenvolvimento Social - AS/GESET RELATO SETORIAL N° 3 Julho/2001 TERCEIRO SETOR E DESENVOLVIMENTO SOCIAL Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>> Acesso em junho de 2016.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora, 2000.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra reforma - desestruturação do Estado e preda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2002.

CFESS, **Código de ética e lei de regulamentação da profissão**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em junho de 2016.

Conceito de Estado Mínimo. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_estado_minimo.htm> Acesso em junho de 2016.

COSTA, Selma Frossard. O Serviço Social e o Terceiro Setor. **Serviço Social em Revista**, v. 07, n. 02, Londrina/PR: UEL, 2005.

ABEPSS, **Diretrizes curriculares**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/legislacao_dirtrizes.pdf> Acesso em junho de 2016.

FERNANDES, Rubem César. **O que é Terceiro Setor?** 1994a. Disponível em: <www.abong.org.br> Acesso em junho de 2016.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, BH, maio, 2007. Disponível em: < <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>> Acesso em junho de 2016.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do Serviço Social**, 2.ed. revista, São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Unidade IV: O significado do trabalho do Assistente Social nos distintos espaços sócio-ocupacionais. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009. p. 341-375.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregados nos anos 90**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NETTO. José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo :Cortez, 1996

PEREIRA, Larissa Dhamer. Enade no contexto de contrarreforma do ensino superior: reflexões para o Serviço Social. In ABEPSS, **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3451>> Acesso em junho de 2016.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais/ Potyara A. P. Pereira-2. ed.- São Paulo: Cortez, 2002.

PERONI, VERA. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo, Xamã, 2003

Política Nacional de Assistência Social – PNAS Norma Operativa Básica NOB/SUAS Disponível em: <<http://prattein.com.br/home/images/stories/PDFs/PNAS-2004.pdf>> Acesso em junho de 2016.

RONCONI, Luciana Francisco de Abreu. Gestão social e economia solidária: **Desafios para o serviço social**. (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/85681/194191.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em junho de 2016.

WIECZYNSKI, Marineide; RONCONI, Luciana. **Gestão e sustentabilidade para o terceiro setor**: os novos rumos para o serviço social. Disponível em: <<http://www.portalsocial.ufsc.br/publicacao/gestao.pdf>> Acesso em junho de 2016.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ROTEIRO

I – Identificação

Nome:

Idade:

Sexo:

Raça/cor:

Ano de formação:

Local:

Cursos de especialização:

Ocupação na instituição:

Renda:

Tempo de atuação na atual instituição:

Atuações anteriores:

II – Demandas e instrumentos

- Principais demandas atendidas?
- De onde e como vêm essas demandas?
- Como explica essa demanda? (causas)
- Como são feitos os encaminhamentos iniciais?
- Caso sejam identificados outras necessidades além dos encaminhamentos iniciais o que é feito? Como é feito?
- Principais características das demandas atendidas e suas principais necessidades?
- Instrumentalidade utilizada na atuação?
- Há equipe multidisciplinar? Se sim, como é a comunicação com a mesma?
- São identificados conflitos? Se sim, quais?
- Principais desafios da profissão nesse campo de atuação?

III – ONG’S as Políticas Sociais e o Estado

- Qual o lugar das ONG’S nas Políticas Sociais?
- Condições de trabalho (estabilidade e autonomia)
- Como é a comunicação com a rede pública? Quais os meios?
- Qual o papel do Estado, ele é capaz de atender essa demanda? Por quê?
- Qual a importância das ONG’S?
- Quais os principais desafios das ONG’S?

APÊNDICE B — TCLE = Termo de consentimento livre e esclarecido.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO SOCIOECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DSS
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa para elaboração do projeto de conclusão de curso –TCC onde irei evidenciar: **a atuação do Assistente Social no Terceiro Setor e sua importância.**

Sua colaboração é fundamental para compor as informações do projeto, para o conhecimento da realidade aqui apresentada, onde se busca apreender, compreender e evidenciar a importância do trabalho do Assistente Social nas ONG'S, a partir das demandas, possibilidades e desafios da intervenção profissional.

As informações obtidas de cada participante são confidenciais e somente serão utilizadas com propósito científico. A pesquisa não oferece riscos à integridade física, moral e social dos sujeitos, ao patrimônio físico e/ou financeiro da instituição. Contudo, os únicos riscos que poderiam porventura acontecer se restringem a **constrangimento** em relação a alguma pergunta efetuada. Nesse caso, o entrevistado deve exercer o pleno direito de não respondê-la. Dessa forma, como forma de minimizar os riscos todo cuidado será tomado para que você não se sinta constrangido(a) em responder alguma questão, tendo o sigilo, a privacidade e o anonimato garantido.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido(a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: entrevistas semiestruturadas gravadas e que serão transcritas. Não havendo essa possibilidade poderão ser feitas entrevistas sem gravações ou aplicação de questionários.

Na abordagem para realização da coleta de dados será contemplada a preocupação em estabelecer a interação, os vínculos, um ambiente de confiança e respeito, no qual a pesquisadora irá esclarecer os objetivos do estudo, a importância da pesquisa e a relevância de sua participação na entrevista, os cuidados éticos e o sigilo explicitado neste termo.

Embora não estejam previstos riscos à integridade física dos sujeitos, ao patrimônio físico e financeiro da instituição, o pesquisador se compromete a ressarcir e/ou indenizar qualquer prejuízo desde que devidamente comprovado. Do mesmo modo, caso haja dano comprovado decorrente da participação na pesquisa, o voluntário(a) tem direito a receber indenização, caso solicite.

Por intermédio deste termo é garantido-lhe o direito de: retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isto me

traga qualquer prejuízo; solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa entrando em contato com o acadêmico pesquisador (Telefone: (48) 8425-2881; ser devidamente esclarecido sobre os objetivos da pesquisa acima mencionada de maneira clara e detalhada; sigilo absoluto sobre seus dados pessoais; a ampla possibilidade de negar-se a responder quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais a sua integridade física, moral e social.

Os dados da pesquisa estarão à disposição na universidade ao término da pesquisa, previsto para junho de 2016.

Você terá os seguintes benefícios ao participar da pesquisa: Contribuir para o fortalecimento da formação profissional em Serviço Social nesta IES, bem como para a formação de forma geral, instrumentalizando-se para uma inserção nos espaços sócio-ocupacionais de forma a atender às demandas profissionais, a partir dos elementos centrais do processo de trabalho, além de possibilitar a construção de uma análise crítica da atual conjuntura como forma de apreender as múltiplas determinações que compõem as relações sociais e que interferem no processo de formação e exercício profissional do(a) assistente social.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Você ficará com uma cópia deste Termo.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste „Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, entendendo que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na Pesquisa; poderei retirar meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem que isto me traga qualquer prejuízo poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta Pesquisa; que fui devidamente esclarecido sobre os objetivos da pesquisa acima mencionada de maneira clara e detalhada; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa. Permito a gravação de minha entrevista, se necessário, que será transcrita, lida e utilizada na referida pesquisa de forma integral ou em partes, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. As informações são de responsabilidade do pesquisador. Abdico direitos autorais meus e de meus descendentes, subscrevendo o presente termo”.

Declaro que compreendi os objetivos desta pesquisa, como ela será realizada, os riscos e benefícios envolvidos e concordo em participar voluntariamente da pesquisa.

FLORIANÓPOLIS (SC), ____ de _____ de 2016.

Participante da pesquisa:

NOME

ASSINATURA

Pesquisador responsável: Graduanda Simone Porfirio
Rua Nossa Senhora de Fátima Bairro Morro das Pedras, CEP: 88066-000.
Florianópolis / SC
Fone: (48) 8425-2881. E-mail: simoneporfirio88@hotmail.com